

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

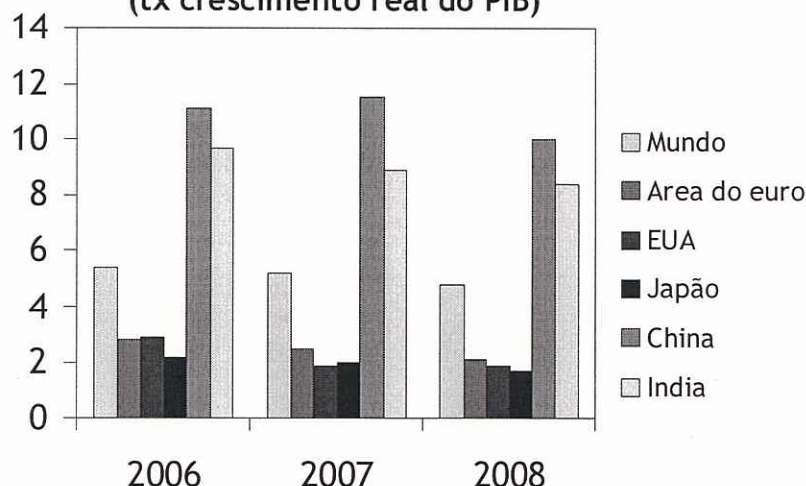
Dando cumprimento aos preceitos legais e estatutários, vem o Conselho de Administração da **Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A.** submeter à apreciação da Assembleia Geral o Relatório e Contas referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2007.

1. Enquadramento Geral da Actividade

Enquadramento económico e financeiro

Após vários anos de um enquadramento muito favorável, caracterizado por taxas de crescimento real do PIB mundial consistentemente robustas, pelo desenvolvimento extraordinário dos mercados e instrumentos financeiros, em particular do mercado de crédito, pelo aprofundamento da integração dos mercados mundiais, começaram a surgir indícios de alteração deste contexto durante o 1º semestre de 2007. O processo de reavaliação do risco que teve lugar a partir do Verão de 2007 tem vindo a condicionar o comportamento dos mercados financeiros globais e a elevar o grau de incerteza relativo à evolução da actividade económica em 2008. O receio de que o agravamento das condições financeiras contribua, numa segunda fase, para cristalizar este clima negativo motivou a adopção de medidas de natureza extraordinária por parte de alguns governos e dos Bancos Centrais das economias desenvolvidas, com o intuito de descontinuar o ciclo vicioso de aversão ao risco e promover o regular funcionamento dos mercados de capitais. Não obstante a reduzida exposição directa da economia portuguesa a estes desenvolvimentos, o elevado grau de integração e de abertura económica e financeira constitui um factor de exigência adicional para a consolidação dos progressos conseguidos em termos de redução do défice público, de recuperação da competitividade e de convergência no âmbito da União Europeia.

Actividade económica
(tx crescimento real do PIB)



Num contexto de recrudescimento das tensões inflacionistas – por pressão da procura e rigidez da oferta de matérias primas, com destaque para os bens alimentares e para a energia -, e perante o dilema de condescender com a complacência dos investidores ou incorrer no risco de precipitar a economia mundial num ciclo recessivo, as autoridades monetárias das economias desenvolvidas adoptaram uma postura pragmática, com o propósito de mitigar a deterioração das condições de liquidez, através da redução das taxas directoras (como no caso dos EUA e do Reino Unido), da flexibilização dos requisitos para a obtenção de fundos e na cedência de montantes invulgarmente elevados nas operações de mercado aberto.

Nos EUA, o Governo Federal promoveu um plano de actuação sobre o mercado de crédito à habitação visando reduzir o risco de um aumento substancial das insolvências ao longo de 2008; a Reserva Federal submeteu a consulta uma proposta de regulação da concessão de crédito destinado à habitação; e, ao nível da indústria tiveram lugar iniciativas com o propósito de conter os efeitos decorrentes da acentuada desvalorização de activos financeiros estruturados de crédito, nomeadamente no sentido de limitar uma potencial alienação forçada destes activos por parte de investidores institucionais.

Nos próximos meses, o sucesso destas medidas será determinante para o retomar o clima de maior confiança entre os investidores e para o desbloquear das anomalias que se verificam no mercado de capitais. Todavia, não deverá evitar o abrandamento da actividade económica mundial que se perspectiva. De facto, tem-se assistido a uma revisão, em baixa, das projecções de crescimento económico, de maior magnitude para 2008 e para os EUA, onde o risco para o desempenho do sector imobiliário e a respectiva influência nas decisões de consumo privado se afigura mais elevado. O nosso cenário privilegia um crescimento económico nos EUA e na UEM semelhante, em cerca de 2%, mas qualitativamente diferente, dado que enquanto para a Área do Euro representa um andamento em linha com o nível de crescimento potencial da economia, no caso dos EUA, o crescimento é inferior ao seu nível de crescimento potencial. Para a economia mundial, os efeitos poderão resultar mais brandos, beneficiando com o bom desempenho das economias em fase de desenvolvimento.

Implicações para as economias domésticas

Portugal

O ano de 2007 revelou-se favorável para economia portuguesa em vários domínios: trajectória desinflationista, redução do peso de défice público e crescimento real do PIB. Os dados disponíveis para o terceiro e quarto trimestres – crescimento real do PIB de 1,8% no terceiro trimestre e a estabilidade nos índices coincidentes de actividade em Outubro e Novembro - são compatíveis com um crescimento médio anual próximo de 2%. Também de assinalar, em 2007, o maior contributo da procura interna para o crescimento do PIB, em particular através do investimento empresarial. O consumo privado mantém um crescimento muito brando, decorrente da estagnação do emprego e das restrições aos orçamentos familiares, nomeadamente para cumprimento do serviço da dívida. A melhoria da competitividade tem vindo a reflectir-se numa recuperação de quotas de mercado, mas o andamento mais moderado da actividade nos principais países de destino das exportações portuguesas deverá reflectir-se num abrandamento da procura externa.

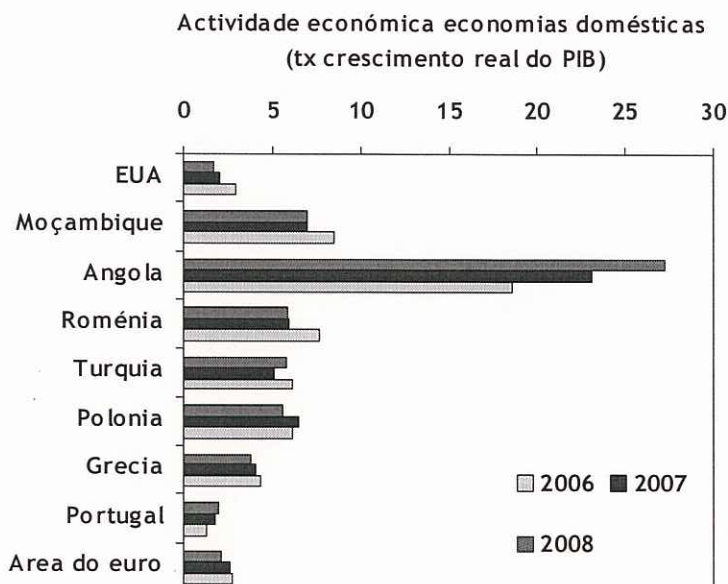
[Handwritten signatures and initials]

A degradação nas condições de funcionamento dos mercados de capitais constitui um constrangimento importante, em particular para regiões económicas com um grau de abertura comercial e financeiro elevado como é o caso de Portugal. Num cenário de abrandamento mais pronunciado do crescimento mundial, a evolução das exportações poder-se-á revelar-se menos dinâmica do que o previsto e as condições de concessão de crédito poder-se-ão tornar mais restritivas, onerando o esforço de investimento actualmente em curso. O aumento do risco de crédito, que justifica o alargamento do diferencial entre as taxas de juro como a Euribor e a taxa de juro do BCE configura o equivalente a um aperto das condições monetárias na ordem de 50-75 p.b., e que é mais relevante para países onde a prática comum são os empréstimos a taxa de juro variável, como é o caso de Portugal. Este fenómeno, em conjunto com a valorização da moeda europeia –um subproduto da evolução relativa dos diferenciais de taxas de juro entre os EUA e a UEM- e do preço do petróleo, sugere que as condições monetárias enfrentadas pela economia portuguesa permanecem moderadamente adversas ao crescimento.

Existem também factores atenuantes e até poderão ocorrer surpresas positivas, destacando-se: (i) o facto do mercado imobiliário português ao longo dos últimos anos não ter evoluído em sintonia com os demais mercados europeus, em que se registaram expressivas valorizações do preço das casas, estando por esta via menos exposto a um ajustamento mais pronunciado; (ii) o grau de exposição do sistema bancário nacional às estruturas financeiras complexas relacionadas com a "crise do *subprime*" deverá ser pouco significativo; (iii) a expectativa de retoma de condições mais normais de funcionamento dos mercados à medida que se desenrole o próximo ano, decorrente do impacto desfasado das medidas que têm vindo a ser tomadas pelas autoridades e da divulgação das contas anuais das instituições financeiras, que deverá contribuir para reduzir os problemas de assimetria de informação e permitir a correcta diferenciação do risco entre as contrapartes; (iv) a resiliência das economias emergentes e a respectiva capacidade de suportar uma acentuada expansão do comércio internacional e, dada a acumulação de poupança nos últimos anos, de se constituírem como uma reserva financeira para a recapitalização de balanços (tal como evidenciado pela recente participação de investidores asiáticos e do médio oriente em capital de importantes instituições financeiras europeias e norte-americanas); (v) a expressiva melhoria dos mercados de emprego na Área do Euro (taxa de desemprego mais baixa dos últimos 15 anos), passível de sustentar uma retracção mais pronunciada do consumo.

Para o 2008 o nosso cenário consiste num crescimento real do PIB em Portugal semelhante ao registado em 2007, isto é na ordem dos 2%, reconhecendo que, de momento, os riscos para uma realização inferior ao esperado suplantam os factores positivos.

Handwritten signature and initials in blue ink.



Enquadramento do Sector Segurador em Portugal

Em Portugal, o sector segurador apresentou em 2007 um crescimento de 5% dos prémios de seguro directo, facto justificado maioritariamente pela subida de cerca de 7% no ramo Vida, ao que se aliou o escasso apoio do segmento Não Vida, que apresentou a sua mais baixa taxa de crescimento desde, pelo menos, 1980.

Prémios de Seguro Directo (Milhões de euros)

Ramos	2007	2006	2005	Var. 07/06	Var. 06/05
Vida	9.369,3	8.761,5	9.136,3	6,9%	-4,1%
Não-Vida	4.379,9	4.361,3	4.307,9	0,4%	1,2%
Total	13.749,2	13.122,9	13.444,2	4,8%	-2,4%

Fonte: Associação Portuguesa de Seguradores.

Depois de ter decrescido em 2006 e nos primeiros trimestres de 2007, a produção do ramo Vida recuperou no terceiro trimestre deste ano um ritmo de crescimento positivo, sendo o volume de prémios acumulados do ano 7% superior ao do período homólogo do ano anterior. O referido crescimento no ramo Vida resulta essencialmente da expansão dos seguros de capitalização não ligados a fundos de investimento, que tem compensado nestes últimos tempos o decréscimo de contribuições para seguros ligados a fundos de investimento e PPR.

No segmento Não Vida a receita de Prémios de Seguro Directo apresenta uma estagnação, e um crescimento real negativo, se descontado o efeito da taxa de inflação. Desta forma, continuamos a assistir à consistente tendência de desaceleração dos anos anteriores, reflectindo a conjugação das dificuldades de recuperação da nossa economia com os ajustamentos tarifários em baixa que, por pressão concorrencial, estarão a ocorrer em alguns importantes ramos ou sub-ramos da actividade, dos quais se destacam os de Automóvel e de Acidentes de Trabalho.

Relativamente estagnados, embora com um crescimento ligeiro estão também os custos com sinistros de seguro directo do conjunto dos ramos Não Vida. Crescem significativamente em Acidentes de Trabalho, Doença e outros ramos de menor dimensão (como Mercadorias Transportadas, Responsabilidade Civil Geral e Diversos) enquanto em Incêndio e Outros Danos e Automóvel apresentam uma evolução negativa. Nestes últimos dois ramos observam-se, no entanto, aumento dos montantes pagos, que são compensados por inferiores variações das respectivas provisões para sinistros.

Comparativamente com a do período homólogo de 2006, a taxa de sinistralidade líquida de resseguro, do segmento Não Vida, agravou-se 1,8 pontos percentuais em 2007.

O ano de 2007 veio contrariar a tendência registada em 2006 aumentando a concentração no mercado segurador nacional, sendo que os cinco maiores grupos seguradores foram responsáveis por cerca de 69% dos prémios emitidos, o que compara com os 68% registados no final de 2006.

Análise dos Ramos Não Vida

O volume de prémios de seguro directo no ramo Não Vida apresentou, face a 2006, um crescimento na ordem dos 0,4%, o que descontado o efeito da taxa de inflação prevista para 2007, na ordem dos 2,4%, se reflecte num crescimento real negativo deste segmento. Este comportamento surge como consequência do moderado crescimento económico verificado em 2007, aliado a ajustamentos tarifários em diversos ramos, sobretudo nos que têm alcançado nos últimos anos maiores progressos nas taxas de sinistralidade.

Prémios de Seguro Directo (Milhões de euros)

Ramos	2007	2006	2005	Var. 07/06	Var. 06/05
Automóvel	1.944,4	2.003,4	1.997,4	-2,9%	0,3%
Ac. Trabalho	761,4	773,6	778,8	-1,6%	-0,7%
Incêndio	707,1	688,9	684,5	2,6%	0,6%
Doença	440,4	408,4	372,4	7,8%	9,7%
Ac. Pessoais	169,2	168,3	160,3	0,5%	5,0%
Outros Ramos	357,4	318,7	314,6	12,2%	1,3%
Total	4.379,9	4.361,3	4.307,9	0,4%	1,2%

Fonte: Associação Portuguesa de Seguradores.

Em Não Vida, volta a destacar-se, pela positiva, o crescimento dos prémios de seguro directo do ramo Doença, em contraste com a evolução muito pouco expansiva da actividade deste sector, situando-se próximo dos 8%. É uma evolução que se enquadra numa tendência já com vários anos de existência, explicável pelas insuficiências e ineficiências dos sistemas de saúde públicos, pela crescente preocupação da população com o acesso aos cuidados de saúde e pela versatilidade, abrangência e acessibilidade deste tipo de seguros.

Nos dois ramos de maior peso neste segmento (Automóvel e Acidentes de Trabalho) verificou-se um agravamento das taxas de sinistralidade, invertendo assim a tendência verificada no ano anterior. Também alguns ramos de menor dimensão (Mercadorias Transportadas, Responsabilidade Civil e Diversos), se aliaram a este cenário de maior sinistralidade com consequente diminuição da rentabilidade associada a estas linhas de negócio, que já apresentavam ao nível dos prémios, crescimentos reais negativos.

Taxas de sinistralidade

Ramos	Jan-Set 2007	Jan-Set 2006	Jan-Set 2005	2006	2005
Acidentes	72,4%	67,9%	68,5%	77,8%	71,4%
Doença	77,4%	77,7%	77,0%	84,4%	85,2%
Incêndio	46,9%	46,7%	43,0%	52,0%	43,1%
Automóvel	70,8%	69,5%	70,1%	69,3%	70,3%
Outros Ramos	58,5%	54,4%	48,9%	71,6%	56,1%
Não Vida	68,7%	66,9%	66,7%	71,0%	68,4%

Nota: Taxas calculadas sobre prémios emitidos. Os custos com sinistros incluem montantes pagos, variação da provisão p/sinistros e custos de gestão imputados. As taxas apresentadas são líquidas de efeito de resseguro.

2. Síntese Global da Actividade da Ocidental Seguros

O exercício de 2007 traduziu em resultados o forte empenho nos vectores estratégicos da inovação e da qualidade de serviço, tendo o volume total de prémios de seguro directo registado uma variação homóloga de 0,9%, crescimento bastante superior ao crescimento global do mercado.

No que concerne a produtos de venda activa, o desempenho comercial ao longo do exercício em análise foi bastante expressivo, beneficiando do efeito positivo das campanhas com visibilidade nas Sucursais do Millennium bcp com o número de novas apólices a registar uma variação bastante positiva.

De destacar as vendas dos produtos *Médias*, cuja evolução global foi de 9%, mais 1% que o mercado. O Ramo Doença tem sido, ao longo da última década e meia, o mais dinâmico dos Ramos Não Vida, com um crescimento médio anual sempre acima dos dois dígitos. No entanto, resultado do aumento do número de pessoas seguras e da erosão do rendimento disponível dos particulares ao longo dos últimos 5 anos, o mercado deixou de crescer acima dos 10% em 2006, tendo em 2007 crescido ainda menos.

Sublinhe-se ainda a evolução positiva dos produtos Multi-riscos, em resultado do esforço de *upselling* à base de Clientes do Millennium bcp com crédito habitação em vigor.

Em Vendas Associadas a produtos bancários, as vendas evoluíram 10,2% em termos homólogos, fruto da combinação de três factores: aumento do número de apólices novas, aumento do prémio médio e melhoria das taxas de penetração. Apesar do decréscimo no volume de PPP (Planos de Protecção de Pagamentos), explicado pelo impacto da subida das taxas de juro no valor das prestações mensais, as vendas em Multiriscos e Automóvel registaram evoluções muito positivas.

A excelência operativa e a eficiência operacional têm sido parte dos vectores estratégicos da Millenniumbcp Fortis. Ao longo do exercício em análise os registos de satisfação dos Clientes internos e externos evoluíram positivamente. Em particular no que concerne à satisfação dos Clientes internos, 2007 registou valores históricos. Tal deveu-se ao forte empenho da organização na melhoria de processos, na integração de soluções operativas nos *front-ends*, na implementação de medidas de retenção de Clientes, na qualidade do atendimento dos Call Centres e na filosofia *eyes on the customer* que concentra esforços da rede comercial e das áreas de suporte na prestação de um serviço de excelência.

2007 ficou também marcado pela atribuição à Ocidental Seguros do prémio "Melhor Seguradora Não Vida" pela revista *Exame* (reportado a 2006), e a confirmação, pela Fitch Ratings, das notações de rating (IFS - Insurer Financial Strength) de "A+" e "Outlooks Stable", notações suportadas pelo forte posicionamento concorrencial do Grupo no mercado segurador Português, assim como pelos elevados níveis de rentabilidade e forte solidez financeira.

Síntese da evolução económico-financeira

A **sinistralidade**, entendida como o rácio entre as indemnizações, antes de custos imputados, e os respectivos prémios adquiridos, fixou-se nos 46,0%, valor inferior ao verificado em 2006 de 48,3% e bastante abaixo do mercado, reflectindo a rigorosa política de subscrição prosseguida em 2007.

No prosseguimento da política de resseguro da companhia, o **custo líquido do resseguro**, medido pelos prémios de resseguro cedido, deduzidos das respectivas comissões, situou-se em 62,8% da receita processada de prémios neste exercício.

Em 2006, devido à descida da sinistralidade e da diminuição do custo do resseguro verificou-se a libertação de 9.895 milhares de euros em sede de provisão para riscos em curso, pelo que em 2007, apesar do aumento da receita processada e da diminuição da sinistralidade, **a margem técnica antes de imputação de custos administrativos** decresceu 16,2%, situando-se nos 42.977 milhares de euros, o que corresponde a 25,7% dos prémios brutos emitidos. Retirando o efeito da variação da provisão para riscos em curso nos dois anos, a variação homóloga traduzir-se-ia num crescimento da margem técnica antes de imputação de custos administrativos de 3,2%.

Os **custos administrativos** aumentaram 2,5%, em linha com a inflação de 2007, registando 24.840 milhares de euros, o que corresponde a 14,9% dos prémios brutos emitidos.

O **rácio combinado** situou-se nos 69,3%, reflectindo, deste modo, a gestão criteriosa dos sinistros aliada a uma política de controlo rigoroso dos custos administrativos.

A conjugação da evolução da margem técnica e dos custos de exploração originou que os **resultados antes de impostos** se situassem nos 18.362 milhares de euros, 11,0% da receita processada. O **resultado líquido** após impostos cifrou-se em 13.548 milhares de euros.

O **activo líquido** da Ocidental Seguros cifrou-se em 231.514 milhares de euros. A cobertura do activo pelos capitais próprios cifrou-se em 13,2% e o **rácio de solvência** situou-se em 153% em 2007.

3. Proposta de Aplicação de Resultados

O resultado líquido de impostos da Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. foi de Euros 13.548.372,08 (treze milhões quinhentos e quarenta e oito mil trezentos e setenta e dois euros e oito centimos).

Em reunião do Conselho de Administração de 30/10/07, foi deliberada a distribuição aos accionistas da importância de Euros 5.000.000,00 (cinco milhões de euros), por adiantamento sobre lucros do exercício.

Assim, do montante disponível de Euros 8.548.372,08 (oito milhões quinhentos e quarenta e oito mil trezentos e setenta e dois euros e oito centimos), considerando o que consta do relatório do Conselho de Administração e nos termos da alínea b) do nº. 1 do artigo 376º. do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se a seguinte aplicação:

- Euros 1.354.837,21 (um milhão trezentos e cinquenta e quatro mil oitocentos e trinta e sete euros e vinte e um centimos) para reserva legal;
- Euros 7.150.000,00 (sete milhões cento e cinquenta mil euros) para dividendos a distribuir;
- Euros 43.534,87 (quarenta e três mil quinhentos e trinta e quatro euros e oitenta e sete centimos) para resultados transitados.

4. Perspectivas para 2008

O principal objectivo para o exercício de 2008 será o aumento do peso relativo do negócio Não Vida no portfolio global da Millenniumbcp Fortis. Os desafios, a que corresponderão acções específicas ao nível de produtos, serviços e canais de distribuição serão:

- Alavancar o êxito da venda associada a produtos bancários, através do aumento do valor unitário de cada venda, dado que as taxas de penetração estão ao nível do que melhor se faz no sector financeiro a nível europeu;

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

- Aumentar o contributo da venda activa em bancassurance por via da inovação na oferta de produtos, através do crescimento do número de novas apólices e do aumento dos prémios médios;
- Melhoria da qualidade do serviço, com vista à consecução do objectivo estratégico de excelência operacional transversal a toda a organização;
- Lançamento de um novo canal de negócio direccionado ao segmento de PME, que distribuirá principalmente através de uma rede criteriosamente seleccionada de agentes e corretores, no seguimento do que já a Médis vinha efectuando desde 2005, com êxito assinalável.

Naturalmente que ao esforço de inovação e segmentação corresponderá, como nos exercícios anteriores, um forte investimento na melhoria da qualidade do serviço prestado aos Clientes externos e internos, através do desenvolvimento de processos robustos e inovadores, e do empenho de uma equipa de Colaboradores profissional e fortemente motivada, que incorpora na actividade diária os valores essenciais da excelência operativa, da eficiência operacional e da orientação para o Cliente.

Referências

O Conselho de Administração expressa o seu agradecimento a todos aqueles que contribuíram para os resultados alcançados:

- Aos Clientes pela confiança que continuaram a demonstrar.
- Às Redes Bancárias pela forte motivação comercial manifestada.
- Aos Colaboradores que, com entusiasmo, participaram com a sua contribuição e esforço.
- Ao Conselho Fiscal pela forma interessada como acompanhou a vida da Empresa.
- Ao Instituto de Seguros de Portugal e à Associação Portuguesa de Seguradores pelo empenho que sempre demonstraram no desenvolvimento das Seguradoras.
- Aos Senhores Accionistas pela compreensão, apoio e confiança sempre manifestados.

Lisboa, 29 de Fevereiro de 2008

O Conselho de Administração,

